

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri et alii. Educação e trabalho; um estudo sobre os produtores e trabalhadores na agricultura paulista. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, INEP, 1980. 328p.

Discutir o processo de preparação para o trabalho, tendo como ponto de referência a população que se dedica à produção agrícola no Estado de São Paulo, constitui a preocupação fundamental de presente pesquisa, que se orientou pelas seguintes indagações:

- "— Como os agricultores aprenderam a trabalhar? Que tipo de preparação Julgam importantes para o desempenho de sua ocupação?
- Como seus filhos estão sendo encaminhados para o trabalho? Qual é a preparação vista como ideal?"

Procurou-se, para isto, compreender a maneira como a população rural paulista vivência o processo educacional, considerando-o sob três aspectos: a educação escolar ou formal, a educação não formal ou extra-escolar e a educação informal ou difusa.

"Tenta-se verificar como a população voltada para o setor primário da economia se relaciona com o processo educacional, como o vivência, percebe e avalia. Considera-se a educação do agricultor, no que se refere mais especificamente ao desempenho das atividades agrícolas, focalizando seu grau de escolaridade, sua preparação para o trabalho agrário, bem como a assistência e orientação recebidas atua/mente para o mesmo. Por outro lado, procura-se também conhecer a escolarização que o agricultor espera e a que está obtendo para seus filhos, a preparação para o trabalho e sua aspiração quanto ao futuro ocupacional dos mesmos."

Como referencial teórico, Demartini analisa conceitos de educação de autores como Durkheim, Mannheim, Marialice Foracchi, Emanuel de Kadt, Pierre Furter e J. Querino Ribeiro que a identificam ora como um processo amplo de socialização, ora como um fenômeno de auto-educação.

Diante dessa análise, a autora optou "por considerar a educação como um processo amplo, que compreende tanto a ação educativa elaborada e exercida por diferentes instituições, como o processo de socialização, de introjeção, de procura, de reflexão e crítica por parte do próprio indivíduo, considerado ao mesmo tempo paciente e agente do processo educativo".

Assim, neste trabalho, o processo educativo foi analisado compreendendo as seguintes dimensões: educação formal ou escolar, que se realiza através das instituições escolares; educação não formal ou extra-escolar, incluindo toda atividade organizada e sistemática que acontece fora do sistema formal de ensino; e educação informal ou difusa, que corresponde ao processo de socialização que ocorre ao longo de toda a vida.

Quanto ao conceito de população rural, optou-se por uma definição segundo a natureza do trabalho, sendo "considerados rurais aqueles grupos da sociedade que estão diretamente ligados à produção agro-pecuária, porque sua atividade de trabalho se exerce efetivamente no sentido da obtenção desses produtos".

Foram investigados, ainda, os processos em curso no meio rural, numa alternativa de caracterizar os sujeitos nele inseridos.

Os estudos de Juarez Brandão Lopes, Gnaccarini e outros, sobre as transformações da estrutura agrária brasileira e, em especial, do Estado de São Paulo, permitem identificar as seguintes tendências para o meio rural paulista:

- "— uma intensificação cada vez maior no processo de capitalização do campo, implicando maior mecanização da agricultura e da produção, esta cada vez mais voltada para a comercialização;
- aumento de pequenos proprietários produzindo comercialmente, produtores autônomos que recorrem à mão-de-obra familiar;
- aumento do trabalhador volante e temporário, diminuição da par-

ceria e do arrendamento tradicionais;
— permanência do arrendamento capitalista em culturas de elevado custo operacional por hectare."

No sistema das relações sociais podem ser identificadas as seguintes categorias: a dos **proprietários** — produtores que detêm a posse dos meios de produção (nesta categoria há os grandes e médios proprietários que contratam a força de trabalho de terceiros e os pequenos proprietários que trabalham diretamente a terra, utilizando, basicamente, a mão-de-obra familiar) —, a dos **produtores** — que não detêm a posse dos meios de produção e sim o poder de utilizá-los (arrendatários, que pagam uma quantia fixa pela utilização da terra e parceiros, que pagam uma porcentagem da produção) - e, finalmente, a dos **assalariados** - que vendem sua força de trabalho e podem ser trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários.

Uma análise bibliográfica sobre o tema permitiu constatar que entre os estudos que tratam da educação escolar há aqueles que se referem ao nível da escolarização de fato, os que se atêm ao nível dos valores e os que procuram abordar estes dois planos. A análise permitiu evidenciar lacunas que justificam um aprofundamento da educação escolar ou formal "que considere as distinções existentes entre as diversas categorias ocupadas no setor primário da economia".

Quanto aos aspectos da educação extra-escolar e informal, muito pouco se sabe a respeito, sobretudo no que se refere à população rural. Há estudos que abordam o problema numa perspectiva mais teórica, outros, mais econômicos, etc, não se encontrando nos trabalhos a que a autora teve acesso abordagens sobre o modo como estas duas dimensões são vivenciadas e encaradas pela população rural.

De posse deste referencial teórico, a autora define como objeto de preocupação desta pesquisa "a formação geral da população rural; a valorização ou não pela mesma do mundo e das ocupações rurais, contrapostos ou urbano, valorização esta que levaria ao desejo de permanência em ocupações rurais ou de evasão para ocupações urbanas; a avaliação específica desta população com relação à educação que recebe; as soluções que ela propõe para seus próprios problemas".

No decorrer do trabalho há, inicialmente, uma caracterização dos municípios e microrregiões em estudo, bem como da amostra; em seguida, a autora analisa a situação do agricultor e de seus filhos, considerando os aspectos educação e trabalho.

Duas hipóteses nortearam o desenvolvimento da pesquisa:

- "A categoria social a que pertence o indivíduo influi na maneira como este vivência o processo educacional, determinando diferenciações ao nível do real, das opiniões e aspirações relativas à educação;
- O nível de educação formal atingido pelo indivíduo influi na maneira como este vivência o processo educacional, determinando diferenciações ao nível do real, das opiniões e aspirações relativas à educação."

Quanto ao processo de amostragem, foi considerada como população deste estudo "aquela que trabalha diretamente a terra, em propriedades rurais que se dedicam à agricultura, de mais de 5 ha, no Estado de São Paulo".

Optou-se pelo processo de amostragem aleatória por estágios múltiplos, compreendendo quatro estágios: microrregiões, municípios, estabelecimentos agrários, agricultores.

No primeiro estágio, utilizando uma tábua de números aleatórios, procedeu-se ao sorteio de 4 (10%) entre as 43 microrregiões do Estado de São Paulo. Foram sorteadas as seguintes microrregiões: São José do Rio Preto, Paranapiacaba, Médio São José dos Dourados e Serra do Jaboticabal.

No segundo estágio, foram sorteados 20% dos municípios de cada microrregião, através da tábua de números equiprováveis: Badi Bassit, Nova Aliança, Jaci (São José do Rio Preto); Capão Bonito, São Miguel Arcanjo (Paranapiacaba); Floreal, General Salgado (Médio São José dos Dourados); Cândido Rodrigues, Jaboticabal, Fernando Prestes (Serra do Jaboticabal).

No terceiro estágio, a partir da listagem de todos os estabelecimentos rurais de mais de 5 ha de cada município, procedeu-se ao sorteio de

uma parte destas propriedades, que foram dispostas segundo a ordem de sorteio.

E, finalmente, no quarto estágio foram sorteados os agricultores segundo a sua categoria funcional: proprietários, parceiros e arrendatários, trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários, num total de 600 agricultores, sendo 150 de cada categoria ocupacional.

"Em realidade, por razões variadas, foram entrevistados 149 proprietários, 150 arrendatários ou parceiros (24 arrendatários e 126 parceiros), 158 trabalhadores permanentes e 150 trabalhadores temporários". Passou-se então à coleta de dados.

Nas entrevistas com os agricultores, utilizaram-se questionários, sendo um para produtores e outro para trabalhadores. Informações adicionais foram obtidas através de um formulário para professores e um roteiro para entrevistas com técnicos das Casas da Agricultura.

A codificação dos dados obtidos foi feita de modo a adequá-los aos requisitos do "Scientific Program for Social Sciences" (programa para computadores em linguagem FORTRAN), utilizado para seu processamento.

Na descrição dos municípios e microrregiões em estudo, a autora colheu dados relativos à produção, estrutura fundiária, população, ocupação no setor primário, escolarização, oferta escolar, atuação da Casa da Agricultura, Sindicato, Cooperativa e Estação Experimental locais.

Descreveu ainda o nível de vida, as condições de moradia e renda, ressaltando ora as semelhanças, ora as peculiaridades dos grupos de agricultores que fizeram parte da amostra: proprietários, arrendatários e parceiros, trabalhadores permanentes e temporários.

No que diz respeito ao agricultor, o estudo procurou configurar a sua vivência do processo educacional, como ele foi ou não escolarizado, de que maneira se preparou para o trabalho e que tipo de assistência tem recebido para seu desempenho.

Em relação à educação escolar, constatou-se que "os lavradores que integram a amostra desta pesquisa têm baixo nível de instrução, sendo que entre eles há 29,8% que nunca foram à escola, sendo analfabetos; 37,7% que não completaram o curso primário; 25,2% que o terminaram e apenas 7,2% que prosseguiram os estudos além do primário, mesmo que por poucos anos".

"Não há uma relação estatisticamente significativa entre o nível de escolaridade alcançado e a categoria ocupacional do agricultor, bem como entre esta e as condições que facilitam ou dificultaram sua escolarização."

Quanto à preparação para o trabalho, esta ocorreu basicamente no meio familiar, não tendo a escola representando qualquer papel. Apenas 11,2% dos agricultores entrevistados fizeram algum curso orientado especificamente para a agricultura, além da escola regular. Na opinião dos trabalhadores rurais, o estudo é importante sobretudo em seus contatos com o mundo urbano e industrial e para poder aspirar a uma melhoria de emprego ou mesmo de vida.

No que se refere à educação extra-escolar, procurou-se conhecer não só os diferentes tipos de orientação que os agricultores recebiam de instituições que se supunha pudessem fornecer ensinamentos úteis para as tarefas agrícolas, como também o tipo de relacionamento que mantinham com estas entidades.

Constatou-se que os agricultores entrevistados receberam pouca orientação por parte de entidades públicas e particulares, tais como: Casa da Agricultura, Cooperativa, Estação Experimental, Sindicatos e firmas.

É pequena a porcentagem de agricultores que aprenderam alguma noção para o trabalho da lavoura através dos meios de comunicação de massa e menor ainda a daqueles que freqüentaram algum curso técnico.

Quanto à educação informal, segundo os agricultores, a experiência e a prática são fundamentais na aprendizagem e no desempenho do seu trabalho. "Contudo, pode-se também observar que foram basicamente os produtores os que afirmaram ser necessários, além da prática, outros ti-

pos de conhecimentos, obtidos por meio de técnicos, através dos meios de comunicação e mesmo da escola para este fim; os trabalhadores ressaltam a experiência, mas para alguns ela deve se aliar à posse da terra".

De modo geral, pode-se observar que a categoria ocupacional influi mais do que o nível de escolaridade do lavrador em relação ao desempenho no trabalho, às formas de aprendizagem, à sua avaliação, bem como nas opiniões sobre as perspectivas da lavoura.

Outro aspecto abordado, refere-se aos filhos dos agricultores. "Pode-se afirmar, como havia sido formulado nas hipóteses e problemas iniciais deste estudo, que a categoria ocupacional do agricultor influi em vários aspectos fundamentais da educação escolar de seus filhos".

Assim, a situação dos filhos de proprietários em relação à escolaridade é melhor quando comparada à dos filhos dos agricultores das demais categorias. E quanto maior o nível de instrução do lavrador, maior é o seu empenho no sentido de manter seus filhos na escola. Quanto às avaliações, expectativas e aspirações relativas à escolaridade dos filhos, não houve diferenciação segundo a categoria ocupacional do agricultor: "as diferenciações observadas podem ser atribuídas em parte ao nível de escolaridade, que discriminou alguns aspectos considerados, mas devem também ser decorrentes de outros fatores não considerados nesta análise".

Quanto à preparação dos filhos para o trabalho, observou-se que "enquanto a categoria ocupacional discrimina alguns aspectos, o nível de escolaridade do agricultor influi em outros ou nos mesmos". De modo geral, há um consenso entre os agricultores de que a iniciação ao trabalho deve ocorrer simultaneamente à fase de escolaridade obrigatória havendo algumas variações entre as categorias ocupacionais no que a z respeito à idade indicada. É freqüente o trabalho na faixa de 7 a '4 anos, realizado pelos filhos na lavoura, sem remuneração.

Com relação à expectativa a respeito do futuro profissional dos filhos, a grande maioria dos agricultores está convicta de que, quanto mais es-

tudo, maiores são as possibilidades de seus filhos virem a conseguir melhor ocupação que a deles.

Finalmente, a autora apresenta algumas conclusões, ressaltando o fato de que durante o desenvolvimento do trabalho foi necessário optar-se por apenas duas variáveis independentes em virtude do volume de dados coletados e da natureza exploratória deste estudo.

Assim, a pesquisa permitiu constatar que de modo geral "os agricultores apresentam um nível de instrução que pode ser considerado baixo, na medida em que, em seu conjunto, está aquém da média da escolaridade atingida pela população do Estado de São Paulo". A deficiente oferta de escolas — ou de séries para o estudo — foi a principal causa apontada para este fato. Em menor proporção foram indicadas as dificuldades econômicas e necessidades de trabalho, praticamente não havendo referência à falta de empenho dos pais como fator impeditivo aos estudos.

Quanto ao papel da escola, não se espera que a mesma ensine o trabalho da lavoura. Esta é uma função da família, faz parte do processo de socialização da criança, desenvolvendo-se paralelamente à sua escolarização. Todavia, não é uma tarefa exclusiva da família, uma vez que há expectativas com relação à possibilidade de a escola transmitir ensinamentos específicos que poderiam auxiliar no trabalho agrário. "Ao se referir a estes ensinamentos, os lavradores estão pensando em noções e técnicas não tradicionais, isto é, àquelas sobre as quais eles próprios não dispõem de conhecimentos".

Enfim, "a análise realizada permite concluir que os lavradores que trabalha diretamente a terra no Estado de São Paulo, mesmo que analfabetos, depositam na escola suas mais altas esperanças para assegurar o futuro de seus filhos e se empenham em fazê-los estudar, embora conhecendo as dificuldades existentes para tanto. Os agricultores receberam muito pouco da escola, especialmente para o desempenho de seu trabalho, mas esperam muito da escola, do que ela poderá trazer a seus filhos".